2º CLICHÊ

2.º CLICHÊ

Primeiro divórcio foi de juíza de paz em Niterói

Marli frustrada: não é a primeira divorciada do País

— Homologo logo isso, doutor. Eu não agüento mais esperar.

Muito bem vestida, a escrivã Marli Nereidas Moura deixou ontem o gabinete do juiz da 1.ª Vara de Família sem esconder sua frustração por não ter entrado para a história como a primeira mulher divorciada do Brasil: o juiz Dauro Ignácio da Silva não quis homologar seu divórcio porque ainda não estavam definidas as taxas judiciárias e de custas processuais para os pedidos de divórcio. Marli que há seis anos está desquitada de Artur Colares Moreira, tem como advogado o Senador Nélson Carneiro (MDB-RJ), um dos autores da lei que instituiu o divórcio no Brasil.

Impaciente desde o momento em que entrou pela primeira vez no cartório da 1.ª Vara de Família para rever o processo "pela última vez" (ela voltaria, mais tarde, a entrar no cartório e no gabinete do juiz Dauro mais cinco vezes, das 11h20m às 15 horas, quando tomou conhecimento do adiamento da homologação), Marli foi obrigada a adiar também a festa que estava programada para hoje, quando comemoraria a homologação com seus colegas da 5.ª Vara de Família. Ela recebeu os primeiros elogios assim que entrou na 5.ª Vara, onde trabalha há quatro anos. Uma colega de Marli disse aos repórteres:

— Esta não é a primeira vez que ela se veste bem, mas posso garantir que nunca esteve tão bonita como hoje.

Ao lado da mesa de trabalho da escrivã, um telefone, copo com água pela metade, duas imagens — de Santa Edwiges e Nossa Senhora de Santana — e um galho de arruda dentro de uma jarra. O vestido de Marli tinha um fundo azul, era de organza com bordados da Ilha da Madeira feitos à mão, flores brancas desenhadas e mais bordados na pala e na barra. Marli calçava sandálias de tiras brancas, de salto alto, seus cabelos estavam ruivos, encaracolados, e usava bolsa e cinto brancos. Maquiada com uma sombra azul e batom vermelho, usava pulseira, anel, cordão e um par de brincos, tudo de ouro.

Anônimo

Enquanto Marli destilava sua elegância nos corredores que separam a 5.ª da 1.ª Vara de Família, seu ex-marido assinava, num local não revelado à imprensa, o pedido de divórcio. Foi a própria Marli quem informou aos repórteres, por volta das 14 horas, que Artur Colares estivera no Palácio da Justiça antes de meio-dia.

— Ele ficou uma fera com a promoção que o nosso pedido de divórcio está tendo, por isso esteve aqui sem avisar a ninguém. Artur é totalmente introvertido, não gosta de aparecer.

Enquanto Marli recebia cumprimentos, inclusive de pessoas desconhecidas, colriam botões segundo os quais o juiz da 4ª Vara de Família, José Tavares Várzea Filho, homologara o primeiro divórcio.

Marli e a advogada Esther Ruolchov, do escritório de Nélson Carneiro, ficaram "indignadas" e foram denunciar a "quebra do acordo" os juízes insistem em informar que o pedido de divórcio de Marli sera o primeiro a ser homologado, numa homenagem toda especial ao senador Nélson Carneiro ao juiz Dauro Ignácio. Outros advogados comentavam aos corredores do Palácio da Justiça que estava havendo uma disputa promocional em torno da homologação do primeiro pedido de divórcio.

— Infelizmente não temos condições de homologar hoje. Nossa 1ª Vara de Família está toda preparada, mas nós, juízes, decidimos dar a partida conjunta nos pedidos de divórcio a partir de segunda-feira. O processo da Dra. Marli terá de ir ao contador para levantamento de custas e de taxas judiciárias devidas ao Estado, e para recolhimento à caixa da Ordem dos Advogados do custo do processo — explicou o juiz Dauro.

Eram 15 horas quando Marli Nereidas Moura, mãe de um casal de crianças, deixou a 1ª Vara de Família, onde se desquitou de Artur Colares Moreira há seis anos.

— Foi uma pena não ter acontecido hoje (ontem). Vou ter de esperar mais um pouco.

A uma pergunta sobre quais seriam os requisitos exigidos de um possível segundo marido, Marli respondeu:

— Os requisitos são vários. O mais importante é que seja um homem de bem.

85 pedidos

As seis Varas de Família do Palácio da Justiça receberam ontem mais 35 pedidos de transformação de desquite em divórcio, elevando-se o total para 85.

Os processos serão julgados dentro de 10 dias, mas em algumas Varas, como é o caso da 1ª Vara de Família, a homologação pode ocorrer em até 48 horas.

Os juízes e escrivães do Palácio da Justiça consideram fraco o movimento inicial de entrada de pedidos de divórcio, mas encontraram uma explicação: os feriados últimos dias deste ano, quando a maioria dos advogados que atua no Rio está fora da cidade. Nenhum processo foi homologado ontem, já que ainda não estão definidas pela Corregedoria de Justiça as custas processuais e as taxas judiciárias a serem cobradas no processo de divórcio.

Nas Varas de Justiça gratuita ainda deu entrada nenhum pedido de divórcio.

Primeira mulher a conseguir a homologação de seu pedido de divórcio no Brasil — o mandado de averbação já está no cartório — a Juíza de Paz do Segundo Distrito de Niterói, Aretuza Figueiredo Henrique Silva de Aguiar, de 38 anos, já marcou a data de seu segundo casamento: 24 de junho de 1978. O marido é José Luís Ribeiro de Aguiar, com quem vive há cinco anos e a quem conheceu exatamente no dia 24 de junho, há 25 anos.

— Esta história daria até novela — contou ela ontem, ao lado de José Luís e das duas filhas do primeiro casamento, Angela e Ana Lúcia. Nós nos conhecemos há 25 anos, namoramos, mas não chegamos a casar. José Luís casou mais tarde, eu também e nunca mais nos vimos. Voltamos a nos encontrar há cinco anos, quando os dois já estávamos desquitados. E agora, graças ao divórcio, vamos legalizar um casamento que já existe de fato.

Ela também foi a primeira a se beneficiar de uma lei do Senador Nélson Carneiro sancionada no ano passado — que permite a mulher usar o nome do companheiro.

A juíza Aretuza trabalha em Direito de Família há treze anos. Escolheu esta especialidade porque sempre gostou de ouvir os problemas dos outros e na exercício da profissão, segundo suas palavras, procura sempre "ajudar as pessoas, ser também amiga e conselheira".

— Faço Direito de Família com espírito solidário — disse Aretuza — porque tenho experiência de separação e sei o quanto às vezes esta fase é difícil. Acho que o divórcio é a lei áurea para os desquitados, mas acredito também que é necessário consciência e capacidade de discernimento para se chegar a este estágio.

Separada há sete anos do primeiro marido, Francelino França Ribeiro, a juíza disse que seu pedido de divórcio foi feito de "um medo muito pensado e consciente", sabendo que esta era a fórmula de completar sua felicidade. Sobre o casamento, uma opinião cafinida: "Quando ele não vai bem, a melhor maneira de agir é com honestidade, desmanchando a sociedade. É bem melhor do que continuar a viver um do lado do outro hipocritamente, alegando razões que não convencem", disse ela.

Nadir e Maviel Augusto, os divorciados de Campinas

Em Campinas, a segunda homologação

CAMPINAS (O GLOBO) — O primeiro divórcio de São Paulo foi concedido às 18 horas de ontem, em Campinas, pelo juiz da 1ª Vara Cível da comarca, Itagiba d'Ávila Ribeiro, aos funcionários públicos Maviael Augusto da Silva e Nadir Montagnini, que são desquitados amigavelmente há cinco anos e não têm filhos.

O divorciado, Maviael, disse que, apesar de entender que o divórcio abre novas perspectivas para o casamento, não pretende casar-se novamente. Aos 40 anos, ele é terceiranista de Direito.

Nadir, de quem ele se desquitou e agora se divorciou, também não tem intenção de se casar:

— Acho o casamento uma necessidade. É muito bonito ter uma vida em comum e filhos, mas não pretendo me casar novamente. Nunca tive problemas por ser desquitada, o que me permitiu, como conseqüência natural, o divórcio. Acho que não fui tratada com preconceito por minha condição de desquitada e que também não o será pela de divorciada.

Rapidez

O juiz Itagiba d'Avila Ribeiro explicou que concedeu ontem mesmo o divórcio porque este foi requerido de comum acordo por Maviael Augusto da Silva e Nadir Montagnini. Assim, não teve por que não aplicar logo a lei de regulamentação do divórcio, cujo texto conheceu ontem mesmo, com a leitura do Diário Oficial da União:

— Eles já podem se considerar solteiros. A tramitação desse caso foi rápida porque o processo de conversão de desquite em divórcio foi subscrito tanto por Maviael como Nadir.

Quando eles requereram o divórcio, anteontem, outros pedidos deram entrada no Forum de Campinas.

— Os demais deverão demorar mais — explicou o juiz — porque dependem de citação em edital e eventual produção de prova em audiência.

Antes de se desquitarem, há cinco anos, Maviael Augusto da Silva e Nadir Montagnini viveram casados dez anos. Ele explica a causa da separação, que resultou no segundo caso de divórcio no Brasil:

— Ocorreu uma incompreensão seguida de episódios emocionais. Soubemos superar os instantes de tensão mas nos decidimos pela separação. E, com continuamos amigos, pedimos juntos o divórcio.

Representação terá exame demorado

BRASÍLIA (O GLOBO) — A representação da advogada Maria Lúcia d'Ávila argüindo a inconstitucionalidade do artigo 38 da lei que regula o divórcio só será examinada pelo procurador-geral da República, Henrique Fonseca de Araújo, quando este retornar de férias, depois do dia 9 de janeiro.

Na representação, que recebeu ontem o número 32.795, ao dar entrada no processo, da Procuradoria, a advoga alega que o artigo 38, ao limitar em apenas um o pedido de divórcio para cada pessoa, fere a emenda constitucional nº 9, que instituiu o divórcio.

Se o procurador geral não aprovar a representação, esta estará encerrada; mas, se aprová-la, a encaminhará ao Supremo Tribunal Federal, que decidirá se o artigo 38 é ou não inconstitucional. A apreciação pelo tribunal seria só em fevereiro, com o término das férias forenses.

Princípio básico

RECIFE (O GLOBO) — O presidente da seção de Pernambuco da Ordem dos Advogados do Brasil, Octávio Lobo, sugeriu ontem que o divorciado ou divorciada que se casar com pessoa solteira tenha direito a tantos divórcios quantos casamentos fizer, sendo o novo cônjuge solteiro. Explicou que pretende eliminar a distorção do artigo 38 da lei do divórcio:

— O artigo deveria fazer restrição ao casamento, e não ao divórcio. Como está redigido, impede ao divorciado que se casar novamente a iniciativa de promover novo processo de divórcio.

Quem está apto

No fim das férias forenses, dia 6 de janeiro, os 470 casais que se desquitaram em 1974 estarão aptos a entrar com pedido de divórcio nas Varas de Família do Forum de Recife. Daquele total de desquites, 179 foram litigiosos e 291 amigáveis.

Advogados especializados em Direito da Família acreditam que um divórcio, em Recife, não custará menos de Cr$ 10 mil. Os preços, contudo, variarão muito, dependendo da condição social de quem contratar o advogado com essa finalidade.

Os processos de divórcio deverão ter uma tramitação lenta em Recife, onde as três Varas de Família são insuficientes para atender a quase dois milhões de habitantes. Calcula-se que a homologação de um divórcio deverá demorar no mínimo 60 dias.

Em Brasília, nenhum divórcio

BRASÍLIA (O GLOBO) — Apesar de ser a cidade brasileira com maior índice de desquites, Brasília ainda não conhece em seu Forum, com nenhum processo de divórcio. Isto se deve, segundo a juíza Lila Pimenta Duarte, às férias forenses, que se estenderão até o dia 8 de janeiro.

Ela acredita que tão logo o Tribunal de Justiça Federal do Distrito Federal reinicie suas atividades normais, após o período de recesso, será bem grande o número de ações de divórcio.

No entender da juíza, o artigo 23 da lei do divórcio, que obriga o herdeiro à prestação de alimentos, "é uma inovação no Direito de Família, que tem alcance social e teor elevado".

Pelo crediário

FORTALEZA (O GLO—BO) — No Ceará, um outro fator poderá contribuir para que também seja grande, no Estado, o número dos processos de divórcio: um escritório de advocacia já está anunciando, pelos jornais, o divórcio pelo crediário", que tem atraído o interesse de muitos casais de desquitados.

O advogado que fez publicar o anúncio, Pedro Maia, explicou por que o crediário:

— O divórcio é coisa de rico, e só a consulta de meia hora, em meu escritório, custa Cr$ 300,00. Pela ação de divórcio cobrarei Cr$ 10 mil, pagáveis à prestação, se o divorciado não tiver bens. Se houver bens a partilhar, cobrarei também 5 por cento sobre o valor desses bens.

Poucos em Goiás

GOIÂNIA (O GLOBO) — Até ontem, só 12 pedidos de divórcio haviam dado entrada nas duas Varas de Família de Goiânia. A primeira ação foi do médico Clodoveu Dourado de Azevedo, desquitado há mais de três anos, da funcionária federal Terezinha Christino.

Inquirição

BELÉM (O GLOBO) — Os noivos que têm procurado para casar na Igreja de São Raimundo, no bairro do Telégrafo, em Belém, vêm se surpreendendo com o comportamento do vigário, Padre Frederico Knibeller, que pergunta a cada um se é contra ou a favor do divórcio. Se um deles disser que é favorável, o padre se recusa a fazer o casamento.

O mesmo sacerdote, há um mês, se recusou a celebrar uma missa encomendada pelo MEC para uma rua de fazer porque um dos que foram assistir ao ato religioso era o prefeito de Belém, Ajax de Oliveira. O Padre Frederico alegou que não celebra missa com fins políticos.

O primeiro pedido de divórcio de Belém foi de Edmundo Santos Batalha, desquitado há 18 anos de Maria José Batalha. O divórcio litigioso, deu entrada na 7a. Vara de Família.

Casar, não

PORTO ALEGRE (O GLOBO) — Das cinco pessoas que requereram divórcio em Porto Alegre, ontem, duas disseram que não pretendem casar novamente enquanto não cair o artigo 33 da lei do divórcio.

Os primeiros a dar entrada a suas petições de divórcio foram o advogado Paulo Rodrigues de Lima, desquitado desde 1934, e o securitário Waldir Ferreira Kersting, que há seis anos vem tentando obter desquite de sua mulher. Nenhum deles pretende se casar novamente.

No Rio, Nélson elogia decisão

O Senador Nélson Carneiro, um dos autores da lei do divórcio, manifestou ontem a esperança de que os juízes dos demais Estados acompanhem os do Rio na decisão de dispensar a presença dos cônjuges no ato de homologação do divórcio. A seu ver, a melhor conseqüência da decisão será "evitar o constrangimento do casal separado".

Ele foi na manhã de ontem ao Palácio da Justiça entregar ao juiz em exercício da la. Vara de Família, Dauro Ignácio da Silva, um exemplar do Diário Oficial com o texto da lei do divórcio, mas, como não o encontrou, fez a entrega ao escrivão Oswaldo Vidal da Silva. O senador, que chegou às 10h20m e saiu dez minutos depois, estava apressado porque ainda iria à Igreja da Candelária assistir à missa de sétimo dia pelo presidente da ABI, Prudente de Moraes, neto.

Nélson Carneiro foi recebido festivamente pelas pessoas que aguardavam, na entrada principal, a abertura do portão do Palácio da Justiça. Enquanto recebia os abraços dos divorciastas, anunciava sua bandeira para 1978:

— Agora vamos lutar para criar um projeto de amparo à velhice, aos aposentados pelos serviços públicos e empresas privadas. É bom lembrar que existe uma velhice entre aspas: a do homem que não consegue emprego após completar 35 anos de idade.

Ele explicou por que considera a decisão da Justiça do Rio "a mais sábia":

— Não é necessário a presença dos cônjuges para ratificarem em juízo a transformação do desquite em divórcio. Uma das preocupações da lei é a de evitar burocracias e constrangimentos para as partes. O advogado, sim, terá de estar presente à homologação. A lei permite inclusive o pedido de divórcio por procuração, para atender àqueles que estão fora do País ou em outros Estados.

Sobre os honorários advocatícios, considerados "acima da média" por alguns divorciastas, Nélson Carneiro disse:

— Os honorários ficam a cargo de cada advogado. No meu escritório, por exemplo, onde o movimento é normal, também vario de preço, de acordo com as disponibilidades de cada cliente. Posso fazer um divórcio até de graça, como é o caso da Dra. Marli Nereidas, minha amiga particular, que será a primeira pessoa a ter um divórcio homologado no Rio. Ela é quem vai me prestar uma homenagem. Para quem não tiver dinheiro, a Justiça gratuita funcionará.

Repercussão

Antes de entrar no Tl. chapa RQ-7726, em companhia de um casal de advogados, Nélson Carneiro falou da repercussão do primeiro dia de vigência da lei do divórcio:

— Pelo que os jornais de hoje (ontem) publicaram, fico o provado mais uma vez que o divórcio era uma antiga aspiração do povo brasileiro, inclusive dos velhos.

Tavares pode ser libertado

MONTEVIDÉU (O GLOBO) — O Promotor militar do Uruguai, Rodolfo Villareal, pediu ontem 12 meses de prisão pena o jornalista brasileiro Flávio Tavares, o que possibilita a seu advogado solicitar sua liberdade condicional. Bernardo del Campo, advogado de Tavares, detido nesta cidade desde 14 de junho, disse que ainda hoje entrará com o pedido de liberdade condicional de seu cliente, que poderá ser solto na próxima semana. O jornalista brasileiro foi acusado pelo Promotor de "tentativa de espionagem". Tavares foi preso quando embarcava para Buenos Aires sendo encontrada, em seu poder, uma fita considerada incriminatória.

Manaus ganha DC-3 da Cruzeiro

MANAUS (O GLOBO) — A Cruzeiro do Sul ofereceu à cidade de Manaus um de seus aviões DC-3, já desativado. O aparelho foi colocado em exibição permanente numa das principais praças da capital e servirá de lazer para as crianças. A diretoria da empresa enviou mensagem à Prefeitura, demonstrando sua satisfação em proporcionar conhecimento ao povo de Manaus, expondo um avião que por mais de 40 anos cruzou o País, e pediu ao prefeito por ter escolhido o Natal para inaugurar a exposição. A mensagem relembra ainda as realizações da empresa na região Amazônica.

FAB festeja hoje o fim do ano

BRASÍLIA (O GLOBO) — Os Brigadeiros da Força Aérea Brasileira participarão hoje, em Brasília, do tradicional almoço de confraternização que todo fim de ano lhes é oferecido pelo Ministro da Aeronáutica, Araripe Macedo. O almoço será realizado no restaurante do Ministério, estando prevista a presença de 65 dos 70 Brigadeiros que atualmente compõem o efetivo da oficiais-generais da FAB em todos os postos. O único discurso escrito é o do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, Brigadeiro Mário Pagliuli de Lucena. É possível que o Ministro Araripe Macedo fale, de improviso, agradecendo a presença de todos.

Exército evita elogio fácil

BRASÍLIA (O GLOBO) — Em instruções complementares ao Regulamento Disciplinar do Exército, baixadas ontem, o Ministro Fernando Bethlem determina que nos elogios a militares deve ser usada uma linguagem sóbria, "como convém ao estilo militar, evitando-se as generalizações e adjetivações ocas, desprovidas de real significado". Estabelece ainda que a advertência não será considerada para fim de classificação do comportamento, bastando uma repreensão, além do limite de duas prisões, para alterar essa classificação".

Exército acaba Escalão no Rio

Serão encerradas sábado as atividades do Escalão Recuado do Gabinete do Ministro do Exército, no Rio, instalado no 9.º andar do Palácio Duque de Caxias, para onde vai o gabinete do comandante do I Exército, General José Pinto da Araújo Rabello, e suas seções do Estado-Maior, que ora funcionam no 2.º andar. A determinação partiu do Ministro Bethlem. Na área do